

Comissão foi ao Bairro União discutir situação do Parque da Matinha

Assunto:

AUDIÊNCIA EXTERNA



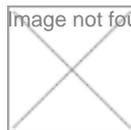
Em audiência, comissão discutiu situação do Parque da Matinha

Na noite de quarta-feira (5/6), a Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana realizou audiência pública externa para discutir a situação do Parque da Matinha, situado no Bairro União, Região Nordeste da capital. O estado do local e de terrenos contíguos preocupa moradores. Segundo eles, a situação de abandono estaria dando margem ao crescimento da violência e do tráfico de drogas. Requerida pelo vereador Leonardo Mattos (PV), a reunião discutiu também a possibilidade de declarar os lotes como de utilidade pública e de interesse socioambiental, no intuito de garantir sua preservação.

Elisabeth Florêncio e Míriam Coeli, que residem na vizinhança da mata, reclamaram da sensação de insegurança, em decorrência do aumento da criminalidade. A falta de conservação e o descarte inadequado de lixo, que pode provocar a

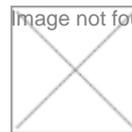
proliferação de ratos e de doenças, também foram criticados.

Image not found or type unknown



De acordo com Geraldo Magela, secretário da Regional Nordeste, já estão previstas ações de recuperação dos mais de 15 mil m² do Parque da Matinha. Além disso, a Prefeitura estaria fazendo notificações e lavrando autos de infração para

Image not found or type unknown



cobrar dos proprietários dos terrenos vizinhos o cumprimento de suas obrigações.

Os moradores pediram que os lotes próximos ao parque sejam considerados de utilidade pública e que toda área passe por um processo de revitalização. O objetivo seria converter o espaço em um ambiente voltado para a convivência e para a realização de atividades de esporte e lazer.

Para que isso ocorra, no entanto, é necessário desapropriar os lotes que ficam ao lado do parque. O vereador Leonardo Mattos propôs que o processo seja acompanhado de medidas de compensação aos proprietários. Segundo ele, com a incorporação dos lotes ao patrimônio municipal, seus antigos donos deveriam receber o direito de edificar construções em espaços de dimensões equivalentes, em outras áreas da cidade.

Superintendência de Comunicação Institucional

Data publicação:

Quinta-Feira, 6 Junho, 2013 - 00:00
